

# Boletim do Sepe

Especial Unificado  
Base Nacional Curricular

1977 - 2015  
Sepe  
38 Anos

Informativo do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro - Edição Especial - Fechada em 03/12/2015

anped



## A quem interessa a proposta de Base Nacional Comum Curricular?

### Sepe critica proposta do MEC para currículo nacional e convoca categoria para discutir o tema

O Sepe-RJ apresenta as principais polémicas suscitadas pela proposta da **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, lançada em setembro de 2014. Os profissionais de educação da rede estadual do Rio e de todas as redes municipais devem discutir e se posicionar, pois a BNCC incidirá sobre o nosso fazer pedagógico, as licenciaturas, a formação continuada e os materiais didáticos produzidos pelas redes municipais e estaduais.

O sindicato apoia-se nas formulações da **Exposição de Motivos contra a BNCC** elaborada pelo GT de Currículo da **ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação)** e **ABdC (Associação Brasileira de Currículo)** que foi enviada ao Conselho Nacional de Educação. Duas entidades que re-

presentam o acúmulo teórico dos profissionais das várias áreas da Educação e comprometidas com a luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

É surpreendente que a proposta da BNCC tenha sido lançada sem um exaustivo e amplo diagnóstico das Diretrizes Curriculares Nacionais, documento em pleno vigor no país, elaborado entre 2009 e 2012. Qual é a avaliação do impacto das DNC's sobre os nossos sistemas de ensino? As Diretrizes são insuficientes para o pleno desenvolvimento da educação pública no Brasil? Indo além: Quais são as reais possibilidades de sucesso das políticas curriculares sem a transformação das condições efetivas da escola e a valorização dos seus profissionais, sem a superação das ad-

versidades em regiões ainda marcadas pela miséria e violência?

No estado do Rio, o debate é incipiente, marcado por encontros formais, carentes de tempo, leitura e profundidade. Na maior rede de ensino da América Latina, a discussão é inexistente. O sindicato iniciou suas reflexões no Seminário de Educação, realizado no final de outubro. Certamente, o caminho ainda é inicial. Por isso, a Secretaria de Assuntos Educacionais do Sepe-RJ lança este boletim e convida a categoria para, coletivamente, aprofundar estas reflexões numa roda de discussão. Também estamos na luta coletiva pela alteração dos prazos definidos pelo MEC, para que ocorra um processo realmente democrático e baseado no chão da escola.



## 1. Diversidade versus Homegeinização (\*)

A Base Nacional possui uma tendência à padronização, numa lógica de administração da educação centralizada, calcada no tripé: formação de professores, avaliação em larga escala e BNCC. Acentuando-se a homogeneização, os aspectos da diversidade, da localidade, da autonomia dos processos pedagógicos e curriculares em cada escola enfraquecem-se e se reduzem a um segundo plano.

Uma proposta que não privilegia tais elementos vai de encontro às lutas políticas ocorridas no Brasil, garantidas na LDB, no artigo 3º: a valorização dos profissionais da educação, da gestão democrática, da diversidade, da tolerância, da experiência extraescolar, da pluralidade de ideias e das concepções pedagógicas.

## 2. Nacional como homogêneo: um perigo para a democracia

Entendemos que a qualidade da Educação Básica só pode ser pensada soci-



almente e como direito público de todo e qualquer cidadão. Consequentemente, qualquer proposta curricular precisa considerar as adversidades e diversidades locais – de ordem étnica, cultural, social, política e econômica – e individuais, relativas a interesses e capacidades de aprendizagem, e aos direitos de respeito aos conhecimentos construídos an-

tes e fora da escola, para além dos direitos de aprendizagem de conteúdos prescritos fora do universo social dos alunos e organizados sem levar em conta que estes são, e precisam ser, sujeitos de suas aprendizagens. As desigualdades, diferenças e a diversidade social, cultural e econômica existentes no Brasil exigem, portanto, flexibilidade na norma curricular. Essa flexibilidade é incompatível com a definição de uma base nacional comum idêntica para todos, sob pena de entendimento do nacional como homogêneo e do comum como único, contrariamente aos princípios de respeito e valorização da pluralidade, fundamento da educação nas sociedades democráticas.

## 3. Os entendimentos do direito à aprendizagem

Os defensores da BNCC se utilizam de alguns aspectos para sustentar a ideia da Base Curricular Comum, entre eles está os direitos à aprendizagem dos alunos. Estes são apresentados na BNCC através de eixos, conteúdos, dos quais se desdobram nos objetivos a serem alcançados pelos professores. O direito a educação se reduz a direito a aprendizagem e se transforma em mera escolarização. Na BNCC há uma naturalização e homogeneização dos direitos; as diferenças são tratadas como especificidades e são escamoteadas. Ou seja, as diferenças são escondidas ou não são tratadas como deveriam em um processo educativo. O direito à aprendizagem acaba não sendo articulado com as outras dimensões deste processo educativo, que é mais complexo e multirreferencial do que se apresenta na BNCC. A aprendizagem não se esgota em uma lista de conteúdo.

## 4. Conteúdo não é base

A lógica da BNCC, baseada na seleção de conteúdos, desconsidera os contextos de produção, calcados sempre em relações de poder, que excluem uma pluralidade de sa-



beres e de atores sociais, desconhecendo que a construção do currículo é uma arena de embates em torno de diferentes significados.

Uma reforma curricular deve iniciar sua discussão pelo chão da escola através de questões centrais: o que é currículo? O que é avaliação? O que são direitos de aprendizagem? Uma questão se coloca: a possibilidade da BNCC difundir um modelo baseado na hierarquização, padronização, "apostilamento" e privatização do ensino.

## 5. Projetos parecidos fracassaram em outros países

Parte dos argumentos utilizados a favor da construção de uma Base Curricular Comum Nacional se baseia em experiências internacionais de avaliação de desempenho externas, modelos meritocráticos amarrados em um "currículo comum" de base nacional. Pouco se fala sobre os resultados produzidos em países como EUA, África do Sul, Suécia e Finlândia - nesses países, as propostas apresentadas aqui no Brasil como "salvadoras da pátria" estão sendo duramente criticadas por profissionais renomados, levando a *mea culpa* de reformadores como a americana Diane Ravitch e o sul africano Lesley Le Grange. Por outro lado, pesquisadores na área de educação levantam temas polêmicos referentes à reformas neoliberais no espaço escolar, como a denúncia do "processo de demonização das professoras americanas" de William F. Pinar; outros temas como valores neoliberais na unificação dos currículos nos EUA e protestos dos movimentos sindicais de professores de Chicago (EUA); outras experiências críticas aos modelos empresariais propostos por diversos governos ganham força, regatando o fracasso de modelos meritocráticos com propostas de currículos unificados pelo mundo.

Por fim, tais experiências expõem fragilidades graves que em linhas gerais apontam para dois grandes problemas: a crescente fragilização da autonomia, não priorizando a valorização de realidades específicas de um país tão grande como o Brasil (apostar em uma padronização é desqualificar o corpo docente

e seus processos de ensino aprendizagem) e a hierarquização proposta pela divisão “planejadores” e “executores” na BNCC destoa de um projeto educacional que almeje a construção de princípios democráticos em ambientes escolares cada vez mais radicais. Esta homogeneização curricular atinge princípios básicos defendidos por profissionais que tentam garantir a diversidade, a autonomia e a busca por práticas democráticas e a valorização de saberes locais e saberes de nossos profissionais.

## 6. Gestão Democrática versus Responsabilização

A adoção da BNCC comprometerá a democratização da gestão escolar conforme definida pela LDB e pelo PNE. O atrelamento da BNCC as avaliações externas, bem como seu caráter prescritivo fortalecem instâncias de controle do trabalho docente com a adoção de um modelo de gestão de inspiração abertamente empresarial, não participativo, que concentra poderes nas mãos de diretores e autoridades externas às escolas, tanto na gestão administrativa quanto pedagógica.

A adoção dessas políticas padronizadas de cima para baixo deixa pouca ou nenhuma margem de manobra para a definição dos projetos político-pedagógicos com o planejamento participativo das ações e currículos escolares, na medida em que promovem a parametrização pelo mínimo obrigatório dos currículos das escolas e as hierarquizam de acordo com seus resultados.

Entendemos que o papel do MEC como gestor da política educacional brasileira e responsável pelo respeito a legislação educacional brasileira passa por proteger as diversidades, e não por conduzir “os administradores” dos sistemas locais de educação a qualquer tipo de influência unificadora desrespeitosa para com as especificidades e possibilidades de trabalho das unidades educativas sob sua responsabilidade ou a pressão sobre profissionais de edu-

cação, alunos e comunidades escolares ditadas por mercados ou outros interesses que não o da construção de um sistema público de educação para todos, democrático e de qualidade. Sustentamos que a coerência com os princípios democráticos aponta para a busca cada vez maior de flexibilização e de suporte local e não para o movimento de unificação curricular, que se mostra favorável ao estabelecimento de hegemonias e consequente exclusão social e escolar. Inspirados no soci-



ólogo Boaventura de Sousa Santos, defendemos que “as soluções para os problemas globais são locais e que, quanto mais global for um problema, mais locais devem ser as soluções”.

## 7. A base e a avaliação (contribuição do professor Luiz Carlos de Freitas)

A elaboração da *BNCC* ficou centrada na produção de objetivos de aprendizagem que parecem voltados para a elaboração de testes censitários, que serão usados como instrumentos para a meritocracia, que desconsidera as possibilidades específicas de ensino e aprendizagem nos diferentes contextos sociais, culturais e econômicos e o controle verticalizado, ampliando os processos de segrega-

ção escolar, ao contrário do que dizem propor aqueles que a defendem. Uma Base Nacional (se é possível de ser feita) deveria partir de um entendimento sobre o que é uma boa educação para poder orientar os esforços da nação na formação de sua juventude e não de medidas fragmentadas de seleção e organização de conteúdos sem que objetivos mais amplos a oriente. Ao invés disso, o MEC assumiu valorizar a controversa ideia de que obter nota alta ou melhorar a

nota média do aluno ou da escola em testes de avaliação censitários conduz a uma boa educação nacional, em uma perspectiva de hipervalorização do “teste” como guia e orientador das políticas de currículo, quando de-

veria se dar o oposto. Com relação a isso, temos a experiência do estado de Nova York, nos EUA, onde 220 mil crianças foram retiradas do sistema público de avaliação por seus pais, o que atesta a capacidade opressora e nociva aos alunos daquilo que se pode chamar de “avaliacionismo”. Junte-se a isso a ruptura com a necessária autonomia docente que a padronização curricular, por meio da avaliação externa e hierarquizadora, causa - com consequências sobre as necessárias adaptações nos procedimentos e modos de abordar conteúdos em função das necessidades e possibilidades dos alunos em cada sala de aula e em cada escola. Ou seja, temos motivos suficientes para questionar a possível melhoria da qualidade da escola pública promovida pela definição da base, reiterando nossa posição contrária a ela.



## 8. Desqualificação do trabalho docente: unificação curricular e avaliação externa

A BNCC reforça a formação tecnicista e neoliberal, e em relação aos docentes, estes são vistos como o protagonista do processo educacional, centralizando a maior parte da responsabilidade pelo êxito da educação, que são quantificadas em avaliações externas. Mais uma vez a Base proposta não considera a diversidade como componente do processo educacional, nas avaliações externas e no currículo unificado não há espaço para as diferenças essenciais no processo educacional.

Os educadores não podem ser culpabilizados e desmoralizados pelo fracasso de metas. A BNCC se base em reformas curriculares guiadas por valores mercadológicos, antidemocráticos e desumanizadores. Defendemos uma educação para a diversidade, que valorize a autonomia de cada escola, o que permite que cada problema e situação específica seja tratada educadores, conselhos e outros agentes da escola em parceria com universidades, ou seja, de baixo para cima.

## 9. Metodologia da construção da base: pressa, indicação e indefinição

Um último ponto, mas não de menor importância, refere-se à metodologia de construção da BNCC, guiada pela pressa e pela indefinição sobre etapas e critérios. Os prazos são antecipados, debates minimizados, participações reduzidas a seminários de audiência muda e consultas eletrônicas para legitimação de um processo



sem roteiro definido A consulta se apresenta tendo como critérios: clareza, relevância e pertinência. Assim, a consulta se dá em termos de concordância e discordância com as propostas apresentadas, a partir desses critérios elencados, o que não

põe em debate sentido do que é proposto. No mais, é possível indicar um único objetivo ou alteração nos objetivos listados - ou seja, a consulta se dá em termos de adequação do já definido e, novamente, em um reforço da centralidade da lógica que privilegia somente o conteúdo. Tal modelo de consulta provoca uma distorção em que as discordâncias são minimizadas.

Lembramos das reiteradas referências e agradecimentos dirigidos às equipes formuladoras da BNCC na reunião em que esta foi apresentada publicamente pela SEB, a dedicação daqueles que, "em tão pouco tempo", responsabilizaram-se pelo desafio de formulá-la. Por meio de vídeos de "sensibilização", consultas de múltipla escolha, participação por "indicação" de professores das redes pelos secretários e nomes de palestrantes especialistas ocultos, questionamos: quem escreveu a BNCC? Quem analisará os resultados da consulta pública? Como as redes estaduais e municipais participaram? Quem foram os especialistas que orientaram teoricamente a construção da BNCC e quais são os seus interesses? A quem interessa essa reforma expressa?

(\*) Exposição de Motivos sobre a Base Nacional Comum Curricular enviada ao Conselho Nacional de Educação e elaborada pelo GT de Currículo da Anped e pela ABdC.

### QUESTÕES:

- . De que forma você tomou conhecimento da Base Nacional Comum Curricular?
- . Você leu a proposta da Base Nacional Comum Curricular?
- . Você teve acesso às diversas concepções existentes em torno da criação de uma BNC?
- . A SME, a sua escola disponibilizaram um momento para a leitura, conhecimento e debate da BNCC?
- . Houve mais de um momento em sua escola dedicado à discussão da BNCC?
- . Você participou de discussões fora da sua escola sobre a BNCC?



Boletim do Sepe Especial Unificado - Base Nacional Comum Curricular é uma publicação do Sepe/RJ Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro - Fundado em 16/07/1977 R. Evaristo da Veiga, 55,7º/8º and., Centro - Rio de Janeiro/RJ CEP 20031-040 Tel.: 2195-0450 Na internet: [www.sepe-rj.org.br](http://www.sepe-rj.org.br) Tiragem desta edição: 3 mil Secretaria de Imprensa do Sepe/RJ Secretaria de Assuntos Educacionais

O Sepe tem recebido denúncias sobre a forma como está sendo realizada a discussão sobre a Base Curricular. Como foi o debate na sua escola? Envie e-mail para a Secretaria de Assuntos Educacionais do Sepe: [sae@seperj.org.br](mailto:sae@seperj.org.br)